

Apresentação

Este livro é produto de uma inquietação resultante de nossas pesquisas e de práticas docentes e de extensão universitária, ao apreender o modo como as culturas e as histórias indígenas são geralmente abordadas em sala de aula.

A partir de entrevistas com professores e da observação de aulas realizadas em diferentes estabelecimentos de ensino, percebemos que as atividades e os conteúdos que dizem respeito aos povos indígenas são não apenas muito limitados e restritos às efemérides escolares, mas também reprodutores de ideias ultrapassadas. Isto é, nos chamou a atenção – algo comprovado nos depoimentos coletados – o fato de que, ao se abordar a temática indígena nos dias de hoje, faz-se na escola praticamente a mesma coisa do que pessoas de 60 a 80 anos se lembram de ter aprendido quando crianças.

E o que foi que essas pessoas aprenderam e nossas crianças do século XXI ainda aprendem? O “índio” como um ser vinculado ao passado, com alguma presença significativa somente na formação da colônia e na constituição do “povo brasileiro”; o “índio” como um genérico, sem atentar para a diversidade cultural das mais de 305 etnias presentes em nosso país; o “índio” como alguém que vive na floresta, isolado e nu, subsistindo apenas da caça e da pesca, e aqueles que fogem desse padrão “já não sendo índios”; e o “índio” como ser preguiçoso, que ocupa muita terras e atrapalha o desenvolvimento da nação, entre outros estereótipos.

Tais ideias se refletem em atividades como pedir às crianças que se pintem e enfeitem de forma genérica e folclorizada, o que não representa nenhum povo indígena específico; que desenhem e realizem diversas atividades de português e matemática, tendo invariavelmente como referência esse índio genérico; que dançam e cantem canções de autores não índios, que mencionam questões muito vagas, relativas a algumas características das culturas indígenas; ou que repre-

sentam um índio romantizado, inexistente na realidade. São poucas as canções ou textos utilizados no âmbito escolar que mencionam lutas e demandas atuais dos povos indígenas, seus projetos de futuro e a importância e a contribuição de seus conhecimentos e práticas para o Brasil de hoje.

Por que acontece essa reprodução de estereótipos e equívocos sobre os povos indígenas no âmbito escolar, quando em outras áreas do conhecimento houve mudança significativa, se levados em conta os conteúdos curriculares de décadas atrás?

O pesquisador e professor Antonio Carlos de Souza Lima fala sobre a existência de um “arquivo colonial”,¹ ou seja, o que conhecemos sobre os índios ainda tem a ver com a visão construída pelo colonizador europeu. Foi nos primeiros séculos de contato entre europeus e povos indígenas das Américas que se gestaram as representações que os situam entre “aliados” ou “inimigos”:

Aos povos aliados caberia a virtude de serem os protointegrantes do protoBrasil, por defenderem as “terras portuguesas”. Aos inimigos foram reservadas as qualidades inversas, a de inconstantes, traiçoeiros, selvagens, tecnologicamente primitivos, perversos, demoníacos. Aprendeu-se isso na escola, desde o ensino fundamental, por muito tempo como os *tupis* e os *tapuias* (Souza Lima, 2005: 237).

Ainda de acordo com esse autor, uma categorização desse tipo, forjada pelos portugueses, nada nos diz sobre os indígenas, apenas sobre sua utilidade para a colonização. Atualmente, tais representações são reatualizadas na perspectiva dualista de pensar o “índio” ora como bom selvagem, ingênuo, protetor da natureza, ora como pessoa desordeira, preguiçosa, que reclama terras demais, constituindo-se num empecilho ao desenvolvimento do país. Tais representações são reproduzidas e reforçadas por instituições que gozam de muito poder, como a mídia. Tiram-se dos povos indígenas sua agência histórica, o reconhecimento de sua complexidade e a visibilidade da importância que têm ao longo da história do Brasil e na contemporaneidade.

Este livro pretende, assim, contribuir para o questionamento de tal visão deturpada, fornecendo subsídios para uma nova forma de abordar a temática indígena e a aplicação da lei n. 11.645/2008. Essa lei acrescentou à lei n. 10.639/2003, que instituiu a obrigatoriedade do ensino da história e da cultura da África e da

¹ “Usar a imagem do arquivo significa que estamos diante de um evento proveniente da grande tradição mediterrânea, um artefato cultural destinado a *conservar, guardar, classificar, ordenar, preservar*, retirando-o do movimento da história para estruturar uma narrativa que atende muito mais a quem controla o arquivo e às classificações que o organizam” (Souza Lima, 2005: 237).

cultura afro-brasileira nos currículos dos estabelecimentos de ensino públicos e privados no país, o estudo da história e das culturas dos povos indígenas. Ambas as leis alteram a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) para atender ao reconhecimento e à valorização da diversidade étnica e cultural instituída pela Constituição Federal de 1988.

A contemplação da diversidade cultural e, mais precisamente, da presença dos povos indígenas e da cultura afro-brasileira no currículo escolar não deve ser entendida como uma concessão ou abertura resultante da democratização do país. Precisa ser compreendida antes como o resultado de uma longa luta dos movimentos negros e indígenas por visibilidade e reconhecimento.

A implementação desse novo dispositivo legal tornou prioritária a formação de professores capazes de oferecer um tratamento qualificado dessas temáticas, no sentido de superar as concepções estereotipadas presentes no senso comum a respeito dos povos indígenas como meio de combater o desconhecimento, a intolerância e o preconceito em relação a eles. Verificamos, no entanto, que elas raramente constam dos cursos de formação inicial de professores, sejam estes os de pedagogia ou as licenciaturas. Mais escassos ainda são os cursos de formação continuada de professores. As experiências que conseguimos detectar resultam de iniciativas de alguns grupos de pesquisa ou de laboratórios de determinadas universidades do país, que contam com poucos recursos e, em geral, são descontinuas.

As iniciativas governamentais para a formação continuada de professores nas temáticas relativas às culturas afro-brasileiras e indígenas ainda são insuficientes. Os recursos didáticos de que os professores dispõem para o ensino das histórias e culturas indígenas são ainda menores. Os livros didáticos dedicam pouca atenção a tais temáticas e em muitos casos, infelizmente, ainda reproduzem os estereótipos acima mencionados. Quanto aos livros e materiais “alternativos”, como aqueles produzidos por autores indígenas que se dirigem ao público infanto-juvenil, têm circulação e divulgação muito limitadas e, em sua maioria, são desconhecidos pelos professores.

Tal constatação constituiu-se em mais um incentivo para pensar a construção de nosso livro e reunir fontes e sugestões de textos, filmes, sites e propostas de atividades que se encontram dispersas ou pouco sistematizadas. Procuramos estabelecer uma conexão entre os conteúdos da academia – muito avançados nas pesquisas sobre povos indígenas, mas demasiado complexos para um leitor não especializado – e aqueles trabalhados no currículo escolar.

Sua publicação se tornou possível graças ao financiamento do projeto “Educação Superior de Indígenas: avaliação, debate, qualificação”, coordenado pelo professor Antonio Carlos de Souza Lima. Esse apoio foi fundamental, pois nossa

intenção era construir um texto de livre acesso ao professor e não obrigatoriamente adquirido, em razão dos limitados subsídios didáticos existentes para o ensino da história e das culturas indígenas na educação básica.

Cabe chamar a atenção para a importância da abordagem da temática indígena na sala de aula não apenas porque ela é uma questão “politicamente correta” ou porque “os índios são nossas raízes”, mas também pelo fato de que existem hoje graves situações de conflito, discriminação e violência sofridas pelos povos indígenas. Isso envolve todos nós (índios e não índios), uma vez que diz respeito à intolerância ao diferente e à manutenção de ideologias (evolucionistas, integacionistas, racistas) que deveriam estar superadas num estado dito democrático. Defendemos, pois, a ideia de que é preciso educar, sobretudo as crianças e os jovens, para a construção de um olhar crítico sobre a conformação da nação brasileira e as relações de desigualdade nela existentes.

À luz dessas reflexões, procuramos organizar os capítulos do livro com base em alguns preconceitos que nos pareceram mais comuns no universo escolar. Tal como o professor José Ribamar Bessa Freire no artigo “Cinco ideias equivocadas sobre os índios”,² partimos de preconceitos e estereótipos, com o intuito de discuti-los e, assim, oferecer elementos que contribuam para sua desconstrução. No decorrer do livro, propomos reflexões sobre as ideias implícitas nesses discursos, bem como seus equívocos ou nuances. Com nossa iniciativa, gostaríamos ainda de auxiliar a prática do professor, sugerindo atividades a serem trabalhadas com os alunos em cada um dos níveis de ensino existentes.

Cabe salientar que a elaboração de atividades não deve servir como uma “receita” a ser aplicada. Deve, em vez disso, sugerir pistas para que o professor crie e recrie atividades e projetos com seus alunos. É importante esclarecer também que, embora tenhamos associado conteúdos e recursos didáticos a segmentos de ensino específicos, os professores podem, eventualmente, adotá-los ou readequá-los para serem utilizados em outros níveis.

As atividades apresentadas neste livro foram sugeridas por nós; por professores da educação básica que participaram dos cursos de formação continuada que temos coordenado sobre a temática aqui proposta; pelos estudantes indígenas que compõem o Programa de Educação Tutorial Comunidades Indígenas da Universidade Federal do Acre;³ e ainda pelos bolsistas e colaboradores do Núcleo

² Disponível em http://www.taquiprati.com.br/arquivos/pdf/Cinco_ideias_equivocadas_sobre_indios_palestraCENESCH.pdf.

³ Tal programa, coordenado por Célia Collet, tem como objetivo o incentivo à formação e à afirmação de estudantes indígenas na Universidade Federal do Acre, por meio de atividades de ensino, extensão e pesquisa.

de Educação Continuada da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Por fim, cabe destacar que algumas sugestões de atividades se baseiam no uso de diferentes materiais disponíveis na internet (em sites acessados entre março e junho de 2013) ou de fácil acesso público. Temos consciência de que a internet é dinâmica e do risco de que algumas das páginas indicadas podem tornar-se indisponíveis, mas entendemos que os professores têm como recriar as propostas temáticas de trabalho aqui descritas. Com nossas indicações, esperamos contribuir para que eles se sintam desafiados a utilizar diferentes linguagens em seu trabalho com a temática indígena em sala de aula: livros, vídeos, músicas, clipes, artigos, fotografias, depoimentos, reportagens e entrevistas, entre outros meios que contribuam para uma prática criativa e interdisciplinar.